

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. TST mantém nulidade de cláusula que exigia consulta prévia ao sindicato

💡 Cláusula de norma coletiva que condicionava ações judiciais à consulta ao sindicato foi considerada nula.

📌 **RELEVÂNCIA:** Ressalta os limites da autonomia coletiva dos sindicatos nas negociações frente ao acesso à Justiça.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/tst-mant%C3%A9m-nulidade-cl%C3%A1usula-que-exigia-consulta-ao-sindicato-antes-de-a%C3%A7%C3%A3o-na-justi%C3%A7a%C3%A7a>

2. Trabalhadora dispensada sem convocação deve ser reintegrada

💡 TRT-2 reconheceu que ausência da trabalhadora após afastamento não configurou abandono, pois não houve convocação formal da empresa.

📌 **RELEVÂNCIA:** Ressalta a necessidade de procedimentos formais e comunicação clara sobre retornos ao trabalho, especialmente após afastamentos.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/trabalhadora-dispensada-por-ausencia-ao-trabalho-sem-convocacao-para-retorno-deve-ser-reintegrada>

3. Confirmado conexo concausal entre patologia lombar e atividade de professora

💡 Magistrado reconheceu que atividades da autora contribuíram para o agravamento da doença, gerando direito a indenização.

📌 **RELEVÂNCIA:** Empregadores devem atentar para ergonomia e prevenção de doenças ocupacionais, mesmo em casos de doenças preexistentes.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-confirma-nexo-concausal-entre-patologia-lombar-e-atividades-de-professora>

4. Falha mecânica de veículo resulta em indenização por morte de trabalhador

☞ TRT-2 determinou indenização aos herdeiros de trabalhador que faleceu por falha em veículo da empresa.

📌 **RELEVÂNCIA:** Fundamental a manutenção periódica de frotas evitando responsabilizações civis e trabalhistas.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/falha-mecanica-de-veiculo-causa-morte-de-trabalhador-e-empresa-deve-indenizar-herdeiros>

5. Uber e iFood devem informar se devedores em ação trabalhista têm valores que podem ser penhorados

☞ O Tribunal Superior do Trabalho decidiu que as plataformas digitais Uber e iFood devem fornecer informações sobre os saldos disponíveis nas contas dos entregadores/motoristas que estão sendo executados em ações trabalhistas, quando solicitado judicialmente.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reflete o Tema Repetitivo 75, que autoriza a penhora de até 50% dos rendimentos líquidos, desde que seja garantido ao devedor o recebimento de pelo menos um salário mínimo.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-confirma-justa-causa-de-frentista-que-bebeu-durante-expediente>

6. Empresa condenada por conduta discriminatória com base em protocolo de gênero

☞ Decisão levou em conta tratamento desigual sofrido pela trabalhadora, elevando o valor da indenização.

📌 **RELEVÂNCIA:** Atenção redobrada aos protocolos internos e conduta gerencial.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/4a-camara-condena-empresa-com-foco-em-protocolo-de-genero-indenizar-trabalhadora>

7. Condenação por extração irregular e reafirmação da imprescritibilidade da reparação ambiental pelo TRF3

☞ O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve condenação de empresa por extração ilegal de argila fora da área autorizada, rejeitando a tese de prescrição. Destacou

que, segundo entendimento do STF, a pretensão de reparação civil de dano ambiental é imprescritível.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão confirma que danos ambientais, mesmo antigos, podem ser cobrados judicialmente a qualquer tempo, alertando produtores e empresas rurais sobre a necessidade de regularidade na exploração de recursos naturais para evitar condenações futuras.

🔗 [0002577-73.2016.4.03.6109](#)

8. TJ SP confirma legitimidade do MP para execução de termo ambiental e afasta excludentes de responsabilidade

📌 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença que rejeitou embargos do Município de Guarujá contra execução proposta pelo Ministério Pùblico para cumprimento de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA). Reconheceu-se a legitimidade ativa do MP, mesmo diante da inérgia da CETESB, e afastou-se a alegação de força maior (pandemia e desastres naturais) como excludente de responsabilidade.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a natureza difusa do direito ambiental e a possibilidade de o Ministério Pùblico cobrar judicialmente obrigações de recuperação ambiental assumidas voluntariamente, mesmo em face de dificuldades financeiras ou eventos supervenientes, devendo ser observado o rigor na execução de compromissos ambientais firmados com órgãos ambientais.

🔗 [1009740-72.2023.8.26.0223](#)

9. Cobrança de TCFA é mantida pelo TRF3, sendo afastada apenas cumulação indevida de juros com SELIC

📌 O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a validade da cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) pelo IBAMA, rejeitando alegações de decadência, bitributação e ausênciia de fiscalização presencial, reconhecendo a constitucionalidade da base de cálculo. Foi dado parcial provimento apenas para excluir a cobrança cumulativa de juros com SELIC.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a TCFA é constitucional e possui base de cálculo legítima, alinhada ao custo da fiscalização ambiental estatal e ao potencial poluidor da atividade. Isso confirma a obrigação de produtores rurais e empresas agroindustriais classificadas como potencialmente poluidoras recolherem regularmente a taxa,

considerando que os valores variam conforme a atividade, sem que isso configure ilegalidade ou bitributação.

🔗 [5068879-22.2023.4.03.9999](#)

10. TRF3 mantém multa ambiental por extração mineral irregular em área protegida

💡 O Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento ao recurso de empresa do setor mineral autuada por operar sem licença válida e descumprir embargo em Unidade de Conservação, mantendo multas impostas. O Tribunal afastou alegações de decadência, prescrição e desproporcionalidade, reconhecendo que houve dano ambiental relevante, inclusive processos erosivos e assoreamento de cursos d'água.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que atividades rurais ou extrativistas sem licença válida, especialmente em áreas de proteção, podem gerar multas elevadas e irreversíveis, mesmo para pequenas empresas, evidenciando a necessidade de rigor na regularização ambiental e prevenção de danos.

🔗 [5001484-55.2019.4.03.6118](#)

11. TJ SP anula multa ambiental por incêndio em propriedade rural sem prova de autoria

💡 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença que anulou auto de infração contra usina por uso de fogo em área rural, por ausência de prova de que o incêndio tivesse origem na propriedade. Reafirmou que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, exigindo culpa ou dolo, e não se confunde com a responsabilidade civil objetiva. A falta de nexo causal afastou a penalidade, mesmo diante da presunção de legitimidade do ato administrativo.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma que produtores rurais só podem ser multados administrativamente quando houver comprovação de culpa ou dolo e do nexo causal entre a conduta e o dano ambiental, garantindo maior segurança jurídica frente a incêndios de autoria desconhecida.

🔗 [1000906-30.2024.8.26.0390](#)

12. TRF3 mantém condenação por edificação irregular em área de preservação permanente-APP e obrigação de recuperação ambiental



💡 O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve condenação de proprietário que construiu casa de veraneio em área de preservação permanente (APP) na Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Foi determinada a demolição das construções, retirada dos entulhos, apresentação de plano de recuperação de área degradada (PRAD) e reflorestamento com espécies nativas, além do pagamento de indenização por danos morais coletivos. O recurso do réu, que alegava área rural consolidada e cerceamento de defesa, foi rejeitado.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que construções e atividades não autorizadas em áreas rurais inseridas em APPs estão sujeitas a demolição, recuperação ambiental obrigatória e indenizações, impactando produtores que mantenham edificações ou usos não regularizados nessas áreas.

🔗 [5000815-44.2024.4.03.6112](#)

13. STJ entende pelo dever de proteção de imóvel rural tombado, responsabilidade objetiva e proibição de retrocesso ambiental

💡 O Superior Tribunal de Justiça-STJ manteve decisão que negou aumento da indenização por dano moral coletivo e reparação material após demolição da Fazenda Pedra Redonda, exemplar rural protegido por lei. A Corte destacou o dever de proteção ao patrimônio cultural, a responsabilidade civil objetiva e o papel do Judiciário como guardião desses bens. Ainda, enfatizou que o princípio da proibição de retrocesso ambiental vale tanto para o meio ambiente natural quanto para o artificial (como edificações históricas).

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que imóveis rurais de valor histórico-cultural estão sujeitos a proteção especial, impactando produtores quanto à obrigação de conservação, responsabilidade objetiva por danos e possíveis restrições administrativas, mesmo sem tombamento formal.

🔗 [AgInt no AREsp 2323422](#)

14. TJ SP confirma condenação por incêndio ambiental e omissão na prevenção em usina sucroalcooleira

💡 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação da Raízen Energia S/A por provocar incêndio em vegetação nativa da Mata Atlântica, reconhecendo responsabilidade penal da pessoa jurídica. A decisão destacou que o crime ambiental é de perigo abstrato e independe de dano efetivo comprovado, bastando a conduta dolosa ou omissiva. Foi fixada

pena de prestação de serviços ambientais e multa, afastando pedido de desclassificação para crime culposo.

➡ **RELEVÂNCIA:** A decisão alerta produtores rurais e empresas do setor agroindustrial sobre a necessidade de rigor na prevenção de queimadas, reafirmando que falhas na manutenção de aceiros, de medidas preventivas e ausência de combate efetivo podem ensejar condenação penal e sanções, mesmo sem prova de dolo direto.

🔗 [1500553-25.2019.8.26.0125](#)

15. TJ SP mantém indisponibilidade de bens em loteamento irregular para garantir reparação ambiental e urbanística

➡ O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a decisão que determinou a indisponibilidade de bens de réus responsáveis por parcelamento irregular do solo urbano, mesmo sem comprovação de dilapidação patrimonial. O bloqueio visa assegurar futura reparação de danos ambientais, urbanísticos e resarcimento a compradores de boa-fé. Aplicou-se o entendimento de que a simples existência de indícios de irregularidade justifica a medida cautelar.

➡ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que áreas rurais transformadas irregularmente em loteamentos urbanos podem sofrer bloqueio de bens para garantir reparação ambiental e regularização, afetando produtores que atuem em parcelamento de glebas sem licenciamento.

🔗 [2091284-84.2025.8.26.0000](#)

16. Sentença anulada pelo TJ SP por cerceamento de defesa em ação sobre queima de canavial

➡ O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou sentença que condenava usina por danos ambientais decorrentes de queima de canavial, acolhendo preliminar de cerceamento de defesa. A Corte entendeu ser essencial a produção de prova pericial para apurar extensão do dano e adequação das medidas compensatórias, com isso, o processo retorna ao Juízo de origem para nova instrução e decisão.

➡ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que, mesmo em ações civis públicas ambientais, produtores e empresas têm direito à ampla defesa e à realização de provas técnicas, assegurando mais segurança jurídica quando há controvérsia sobre a responsabilidade e extensão dos danos ambientais.

 [1000775-22.2022.8.26.0456](#)